

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1016095 - RS
(2016/0299094-6)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MÚLTIPLO
ADVOGADOS : LUIZ RODRIGUES WAMBIER - PR007295
DELMIR TEIXEIRA HABEKOSTE - RS015711
TERESA CELINA DE ARRUDA ALVIM - PR022129
LEONARDO TEIXEIRA FREIRE - RS072094
AGRAVADO : VANESSA BEATRIZ XAVIER
ADVOGADOS : MARIA DA GRAÇA MENDES FRANCO - RS052724
MARIA DE FÁTIMA SIMÕES DE CASTRO - RS051022

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE AGRAVANTE.

1. A alegação de afronta ao artigo 535 do CPC/73 (correspondente ao artigo 1.022 do CPC/15) se deu de forma genérica, circunstância impeditiva do conhecimento do recurso especial, no ponto, pela deficiência na fundamentação. Aplicação da Súmula 284 do STF, por analogia.

2. Não há óbice à conversão da liquidação de sentença coletiva em ação ordinária, notadamente porque a liquidação foi frustrada em razão da superveniência de entendimento do próprio STJ, que, tendo fixado o prazo prescricional para o ajuizamento de ação coletiva em cinco anos, impediu a formação de título executivo. Embora os precedentes de reconversão de procedimento se apresentem em sentido inverso, possibilitando a alteração do procedimento ordinário em liquidação, a tese firmada sobre a temática se aplica ao caso em apreço, pelo que se tem reconhecido o entendimento dominante sobre o tema, na forma da Súmula 568 do STJ.

3. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Marco Buzzi
Relator

